

SISTEMA



ESTA TERRA

REVISTA DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL-ES

ANO XVII - Nº292
MAR/ABR/MAI . 2017

O que o produtor rural deve saber sobre o Funrural?

Págs. 8 a 9

Chocolate gourmet produzido em Iconha faz sucesso no Brasil

Pág. 5

Fundo emergencial garante rebanho seguro

Pág. 7



FAES

DIRETORES: Júlio da Silva Rocha Júnior (Presidente), João Calmon Soeiro (1º Vice-Presidente), Rodrigo José Gonçalves Monteiro (2º Vice-Presidente), Neuzedino Alves Victor de Assis (3º Vice-Presidente), Wesley Mendes (4º Vice-Presidente), Francisco Antonio Martins dos Santos (5º Vice-Presidente), Luciano de Campos Ferraz (1º Secretário), Antonio Roberte Bourguignon (2º Secretário), Abdo Gomes (1º Tesoureiro), Arízio Varejão Passos Costa (2º Tesoureiro)

SUPLENTE DA DIRETORIA: José Pedro da Silva, Judas Tadeu Colombi, Valdeir Borges da Hora, Eristeu Giuberti Junior, Rodrigo Melo Mota, Marcos Corteletti, Antonio José Baratela, Ervino Lauer, Eliomar Maretto, Gilberto Carlos Coelho e Renilto Quimquim Correia.

CONSELHO FISCAL: Efetivos: Francisco Valani da Cruz, Luiz Carlos da Silva e José Manoel M. de Castro. Suplentes: Acacio Franco, Gastão Torres de Castro e Sinval Rosa da Silva.

SENAR-ES

CONSELHO ADMINISTRATIVO – Efetivos: Júlio da Silva R. Júnior, Eliana Almeida Lima, Daniel Kluppel Carrara, Argeo João Uliana e Julio Cezar Mendel. Suplentes: Kleilson Martins Rezende, José Umbelino L. M. de Castro, Eliette Maria de Oliveira Daher e Ediane Barbosa.

CONSELHO FISCAL – Efetivos: Regina Celi Bessa S. Kessler, Cleiton Gomes Moreira e Carlos Roberto Abouramd. Suplentes: Leomar Bartels, Leomar Waiandt e José Lívio Carrari.

Superintendente: Letícia Toniato Simões.

ENDEREÇO

Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1495 – torre A – 10º e 11º andares – Bairro Santa Lúcia – Vitória/ES – CEP: 29056-243 – Tel: (27) 3185-9200 – Fax: (27) 3185-9201 – E-mail: faes@faes.org.br / senar@faes.org.br.

REVISTA ESTA TERRA

Produzido por: Iá! Comunicação
(27) 3314-5909 ia@iacomunicacao.com.br
Jornalista responsável: Eustáquio Palhares
Edição: Priscila Norbim
priscila@iacomunicacao.com.br
Textos: Lorena Zanon, Mônica Caser, Priscila Norbim e Gabriel Xibli
Colaboradores: Sindicatos Rurais, Ricardo Saar e Tereza Zaggo
Fotos: Comunicação Faes e Senar/ES
Editoração: Karina Martins - Iá! Comunicação

FUNRURAL

O Sistema Sindical Patronal Rural, composto pelos Sindicatos Rurais, Federações de Agricultura e pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil), não tem hierarquização em sua estrutura.

A liberdade que desfruta cada unidade do SISTEMA assemelha-se àquela que o produtor rural desfruta na condição de cidadão.

Cabe ao SISTEMA defender seus representados, dentro da LEGALIDADE e apontar os melhores caminhos; a decisão da escolha é de cada um, optando inclusive, por caminhos diversos, ciente que a responsabilidade pela escolha é individual.

Em nossa reunião mensal de 27 de agosto de 2007, com os presidentes de Sindicatos, tivemos a exposição do advogado tributarista, Dr. Ricardo Dalla, arguindo a inconstitucionalidade da cobrança do FUNRURAL. Alertamos na ocasião que era uma decisão de risco.

Hoje vimos fluir nas redes sociais o alarde de que a cobrança é indevida, ainda que julgada constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 30/03/2017.

A quem mais interessa esta questão, considerando nula as chances dos produtores rurais pela decisão do STF?

Os bons profissionais acreditam no que fazem e fazem aquilo em que acreditam. No caso, os contratos deveriam ser de risco, usando para ressarcimento dos honorários advocatícios, exclusivamente os recursos oriundos do êxito das ações, sem esquecer dos riscos e da responsabilidade de cada um.

Três pontos a considerar:

1. Decorridos 10 anos da reunião de 2007, se tivesse sido ajustado um parcelamento, não haveria mais dívida, que se avolumou;
2. Pensar numa provável inscrição em dívida ativa, que impeça, por exemplo, a tomada de financiamentos. Hoje, o caminho seguro é o da renegociação dos débitos. Deixamos a certeza incontestável de que estamos lutando pelo melhor. Promessas infundadas e falas sedutoras sem compromisso com as consequências causam desunião e que não fazem parte de nossos comportamentos e atitudes.
3. Exemplificando a situação, as liminares de inconstitucionalidade foram indeferidas e a constitucionalidade prevalece.

O julgamento em instância máxima pelo STF, não exclui negociações na forma de pagar, para o que, o Sistema Sindical Patronal Rural continuará à disposição para defender prazos, isenção de multas, juros e correção monetária.

Devemos manter a nossa união e capacidade de avançarmos, pelo diálogo.

Boa Leitura!

Júlio da Silva Rocha Jr.
Presidente do Sistema Faes/Senar-ES

Senar oferece oportunidades de formar novos profissionais

O Jovem Aprendiz não é apenas uma obrigação das empresas, mas um catalisador de novos profissionais. Esta é a opinião de Leandro Reis Santos, que aos 16 anos participou do programa do Senar e hoje, aos 29, se tornou gerente de Recursos Humanos da Caliaman Agrícola S/A, uma das maiores empresas de produção e exportação de mamão Papaya do Brasil. Confira a entrevista a seguir.



Leandro Reis Santos

Quando decidiu participar do Programa de Aprendizagem Rural?

Uma pessoa do conselho tutelar me procurou junto com minha família e nos falou do programa, foi quando decidi participar do processo seletivo. Nesta época eu estudava e nos finais de semana trabalhava numa lanchonete. O programa abriu minha mente, até então nem sabia o queria ser profissionalmente.

Como foi o curso oferecido pelo SENAR-ES?

O programa foi dividido em seis meses de teoria e outros seis de prática. Na parte teórica tivemos módulos de Matemática Básica, Português, Ética e Cidadania, Fruticultura Básica, Irrigação, Viveiro e Administração Rural. Na parte prática foram desenvolvidas atividades rurais na produção de Mamão Papaya.

O que representou para você participar de uma Formação Profissional Rural?

Foi minha primeira experiência profissional, foi uma base para que eu conseguisse trilhar minha trajetória profissional. Na época

era muito difícil conseguir uma primeira oportunidade de emprego, a maioria das empresas queria pessoas com experiência.

E que rumos deu a sua vida profissional após o término do programa?

Logo que acabei o Jovem Aprendiz fiz um curso de computação e rotinas administrativas, o que também me ajudou a conquistar a vaga de auxiliar de RH na Caliman, onde fiquei por três anos, me desenvolvi e iniciei minha graduação em Administração de Empresas. Recebi uma proposta de emprego que considerei melhor na época e fui atuar em um grupo de concessionária de veículos, onde fiquei por seis anos e foi uma experiência incrível. Neste período terminei minha graduação e fiz pós-graduação em Gestão de Pessoas.

Explique um pouco de seu trabalho atualmente

Hoje eu sou o Gestor responsável pelo setor de Recursos Humanos da empresa na qual participei do Programa Jovem Aprendiz. Tenho uma equipe de seis pessoas e somos responsáveis por toda a parte trabalhis-

ta, contratação de mão de obra, folha de pagamento, saúde e segurança do trabalho.

Sua experiência com o programa para Jovens Aprendizes do SENAR o ajudou na profissão atual?

Sim, quando participei do programa não fui efetivado no término do contrato, mas um ano depois fui chamado para retornar como Auxiliar no setor de Recursos Humanos, e essa convocação foi feita pelo meu histórico durante o programa. Foi a partir daí que me desenvolvi profissionalmente e me qualifiquei na área.

Quais são as competências necessárias para participar do Programa de Aprendizagem Rural?

As competências dependem da empresa, aqui observamos o interesse do jovem pela agricultura, além disso, para o jovem participar é exigida a comprovação de que esteja matriculado e frequentando a escola, além de atender a faixa etária exigida pelo governo. Na empresa Caliman, onde atuo, estruturamos turmas mais homogêneas possíveis, e selecionamos candidatos entre 15 e 16 anos de idade.

SENAR-ES leva produtores à maior feira de tecnologia agrícola

A VIAGEM TÉCNICA CONTRIBUIU PARA O APRIMORAMENTO DOS CAPIXABAS

Uma comitiva com 45 produtores rurais do Espírito Santo participou, em maio, da Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola, maior evento da América Latina voltada para o segmento em Ribeirão Preto/SP. O Sistema FAES/SENAR-ES organizou a ida dos empreendedores do campo para conhecer as novidades tecnológicas disponíveis, além de permitir a troca de experiência entre os participantes do Brasil todo.

O produtor e presidente do Sindicato Rural de Ibraçu, José Alonso Cometti, participante da viagem técnica, revela a importância de estar presente nestas ações promovidas pelo SENAR-ES. “Já participei da Agrishow em anos anteriores e sempre levo um aprendizado. Além de conhecer equipamentos de tecnologia de ponta e inovações, sempre saio de



lá com reflexões, ideias e novas possibilidades para adaptar às culturas do estado”, conta o presidente.

De acordo com a organização da Agrishow 2017, a feira obteve um resultado positivo com a realização de negócios da ordem de R\$ 2,204 bilhões, o que significa uma recuperação de 13% em relação à edição anterior. Por segmento, o crescimento na intenção de compra de máquinas e equipamentos foi: armazenagem (11%), grãos (12%), pecuária (11%), irrigação (20%) e outros (19%).

Café com Parceiros alinha projetos e apresenta resultados

ENCONTRO OCORREU NO DIA 25 DE ABRIL, NO SENAR-ES, E APRESENTOU PROGRAMAS VOLTADOS AO HOMEM DO CAMPO

Novidades como novo treinamento na área de Promoção Social, voltado para fibra taboa, mudança no nome do treinamento “Com licença vou à luta”, em junho, e polo EAD (Educação à Distância) em Rio Bananal foram anunciadas pelo SENAR-ES, durante o Café com Parceiros, promovido pela instituição em abril.

Os treinamentos desenvolvidos pelo SENAR-ES, a origem dos recursos da entidade, e os resultados também foram apresentados na ocasião. Estiveram presentes representantes do IDAF, Incaper e Sebrae/ES, que já são parceiros do Sistema FAES/SENAR-ES em alguns programas e projetos.

Cada entidade teve o momento de apresentar as ações que desenvolvem voltadas ao homem do cam-



po. Além de ampliar a importância de parceria entre todos, o encontro também serviu para prospectar novas parcerias, como por exemplo, com o Conselho Regional de Administração (CRA-ES). Por fim as entidades presentes assinaram um acordo de resultados do Sebrae/ES.

Chocolate gourmet produzido em Iconha faz sucesso no Brasil

O CHOCOLATE É FEITO ARTESANALMENTE E TEM SABORES DIVERSIFICADOS

O chocolate para ser considerado gourmet deve seguir alguns requisitos como ter maior quantidade de cacau, massa e manteiga de cacau do que de açúcar. É esse tipo de chocolate que mudou a vida do cacauicultor José Manoel Monteiro de Castro e de sua esposa, residentes em Iconha, no Sul do estado. Há 20 anos eles criaram a Chocolates Espírito Santo, com produção totalmente artesanal.

Anteriormente, Manoel tinha a seringueira como a única atividade agrícola na propriedade. A ideia do cultivo do cacau surgiu em 1989, diante a imensidão da plantação, que possuía 3.600 pés de seringueira, o produtor observou que ficava espaço de sete metros entre uma planta e outra ocioso, e vislumbrou no cacau uma nova alternativa de produção e empreendedorismo. Hoje o cacau deixou de ser segunda fonte de renda, tornando-se o carro chefe da propriedade rural.

O cacauicultor cuida do cultivo, da colheita e da fermentação da amêndoa. Quando o produto chega à fábrica, quem assume é sua esposa Catarina Bianchi, que comanda as máquinas e as receitas dos chocolates.

“Nosso objetivo é fazer um produto de excelência para que as pessoas tenham o prazer de saboreá-lo, queiram voltar e que sejam divulgadores da nossa marca”, disse ele.

Após muito trabalho e determinação do casal de Iconha, o chocolate está em nove cidades do Espírito Santo e está ganhando mercado em Brasília, Rio Grande do Sul e São Paulo.

De acordo com dados do Incaper, Iconha possui 50 hectares de cacau distribuídos entre 130 agricultores, que cultivam o fruto, sendo a quarta cultura mais produzida no município. Segundo a Seag, a cacauicultura ocupa uma área aproximada de 23 mil hectares, distribuídos em 40 municípios. Linhares, no Norte do Estado, lidera a produção com mais de 87% da área total.

A produção de cacau cresceu no Brasil no último ano e deve chegar a 274 mil toneladas em 2017, 28% a mais que a safra de 2016. Os dados são do IBGE. Cerca de 60 mil agricultores se dedicam à cultura do cacau no Brasil. O faturamento das fazendas produtoras de cacau ficou em R\$ 1, 2 bilhões em 2016.

FESTIVAL DE CACAU E CHOCOLATE DO ES

Nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho acontece no Centro de Eventos Morangão, em Pedra Azul, Domingos Martins, o II Festival de Cacau e Chocolate do ES. FAES e SENAR-ES apoiam o evento, que, além de divulgar os produtos capixabas, tem uma vasta programação composta por palestras de especialistas, aulas shows, atrações culturais e música ao vivo.

Em destaque, as palestras “Sustentabilidade e gestão da atividade produtiva”, “Mecanização, beneficiamento e qualidade na Produção”, “Cacau Fino/Chocolate Gourmet” e a mesa redonda “Casos de Sucesso: Produção de Chocolates”.

A participação do evento é gratuita.

Credito: Revista Safra



A Chocolates Espírito Santo já ganhou mercado em Brasília, Rio Grande do Sul e São Paulo

Fundo emergencial garante rebanho seguro

EM CASO DE OCORRÊNCIA DE FEBRE AFTOSA NO REBANHO, OS CRIADORES QUE CONTRIBUEM COM O FUNDO E TIVEREM SEUS REBANHOS DE BOVINOS OU BUBALINOS SACRIFICADOS SERÃO INDENIZADOS

Os produtores rurais devem ficar atentos para o pagamento do Fundo Emergencial de Promoção da Saúde Animal do Estado do Espírito Santo (Fepsa-ES). O fundo é uma associação civil, sem fins lucrativos, que funciona como um seguro e visa indenizar o produtor rural caso ocorra algum foco de Febre Aftosa nos bovinos ou bubalinos existentes nas propriedades..

Para fazer parte do Fundo, o pecuarista contribui com R\$ 0,20 (vinte centavos) por cabeça de bovinos e bubalinos, conforme o cadastro de sua propriedade junto ao IDAF. Este pagamento é realizado no momento da declaração de vacinação do rebanho, que é feita ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo (IDAF).

Obrigatório pela lei nº 6.542 de 28/12/2000, o Fepsa-ES assegura financeiramente os produtores em caso de ocorrência de febre aftosa. Ou seja, o produtor será indenizado por cada animal sacrificado no valor correspondente ao preço de arroba do dia.

A existência do Fundo contribuiu para que o Espírito Santo fosse certificado pelo Ministério da Agricultura como zona livre de febre aftosa com vacinação. Esse certificado foi posteriormente reconhecido pela Organização Internacional de Saúde Animal - OIE, o que possibilita aos frigoríficos do Espírito Santo exportar.

O FEPSA

O Fundo Emergencial de Promoção da Saúde Animal do Estado do Espírito Santo Fepsa-ES é formado pelas entidades: FAES, Sindicato da Indústria do Frio do ES (Sindifrio), Idaf, Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SFA), Associação dos Avicultores do ES (Aves), Associação dos Suinocultores do ES (Ases) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).



Crédito: idaf

O seguro visa indenizar o produtor rural caso ocorra algum foco de doença em bovinos ou bubalinos

O que o produtor rural deve saber sobre o Funrural?

Constitucionalidade, Inconstitucionalidade, recolhimento em juízo ou não, como pagar, o que fazer se não pagou... São muitas dúvidas e incertezas que rodam o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e deixam os produtores rurais inseguros. Em meio às indefinições, recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a cobrança da contribuição ao empregador pessoa física. Agora está nas mãos da Câmara Federal e do Governo Federal, que pretende redefinir as alíquotas de contribuição por meio de uma Medida Provisória.

Para sanar algumas das principais dúvidas dos produtores rurais em relação ao Funrural, a FAES pontua a seguir o posicionamento da entidade em relação ao assunto e explica a situação atual dos agricultores. Confira!

O que é o Funrural?

É uma espécie tributária denominada contribuição social de caráter pecuniário compulsório (obrigatória) e que não se confunde com imposto ou taxa, que também são espécies tributárias.

Objetivo

O Funrural tem como objetivo custear a seguridade/previdência de todo o setor agrícola.

Histórico

É importante registrar que o Funrural existe desde 1963, tendo sido regulado por diferentes Leis ao longo desse período. Ou seja, o Fundo não é uma novidade, ele já existe há mais de 50 anos.

O que aconteceu no dia 30 de março de 2017?

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a modalidade de cobrança do Funrural sobre a receita bruta da comercialização da produção, prevista na Lei 10.256/2001, é sim constitucional. A decisão tem repercussão geral, ou seja, se aplica a todos os processos que igualmente questionam a constitucionalidade desse tributo.

E se STF votasse pela inconstitucionalidade?

A declaração de inconstitucionalidade da Lei 10.256/2001 não faria com que o produtor rural ficasse desobrigado de contribuir para a Previdência Social. Isso porque, em caso de declaração de inconstitucionalidade de uma Lei, volta a vigorar aquela que fora por ela revogada. Como a Lei 10.256/2001 revogou o regime de cobrança sobre a folha de salários, sua eventual declaração de inconstitucionalidade geraria a volta da exigência do Funrural com essa base de cálculo, o que manteria uma obrigação tributária para o produtor. Ninguém deixaria de pagar a contribuição, só passaria novamente a recolher sobre a folha de salários.

O que gerou então a polêmica de contradição do STF, o caso do Frigorífico Mataboi?

No julgamento do “caso Mataboi” em 2010/11 foi considerada inconstitucional a modalidade de cobrança do Funrural com base nas Leis de 1992 e 1997, que instituíram a cobrança sobre a receita da comercialização sem que a Constituição previsse essa base de cálculo. Só que com a edição da Emenda Constitucional n. 20/98 se passou a ter a possibilidade de se cobrar sobre a receita bruta decorrente da comercialização da produção. Após a promulgação da EC 20/98 é que foi editada a Lei 10.256/2001, criando o modelo atual de arrecadação do Funrural. Ou seja, a modalidade de cobrança que antes de 1998 era inconstitucional passou a ser regular nesse ano, amparando a edição da Lei 10.256/2001. Esta lei é que foi objeto do recurso julgado pelo STF no último dia 30 de março, não se confundindo com as leis de 1992 e de 1997. Em síntese, no “caso Mataboi” foram consideradas inconstitucionais duas leis, sob a ótica da redação original da Constituição Federal.

Qual o posicionamento da Faes em relação ao recolhimento do Funrural?

Federação já vem alertando os sindicatos desde 2007, através de reuniões ordinárias constando em atas, sobre os possíveis desdobramentos da modalidade de contribuição do Funrural. O objetivo era que os produtores não fossem pegos de surpresa ou que fossem ludibriados por aqueles que militavam pela inconstitucionalidade do tributo e não sobre a modalidade de arrecadação da contribuição.

Como fica a situação dos produtores hoje?

Os produtores que entraram na justiça e efetuaram depósito judicial encontram-se resguardados. Caso o contrário, encontram-se em situação de inadimplência, devendo restituir à Receita os valores com juros e multas. Há a possibilidade também de ser inscrito na dívida ativa, responder a um processo de cobrança judicial e ter negado o acesso a empréstimos e financiamentos.

Como a CNA está atuando na questão?

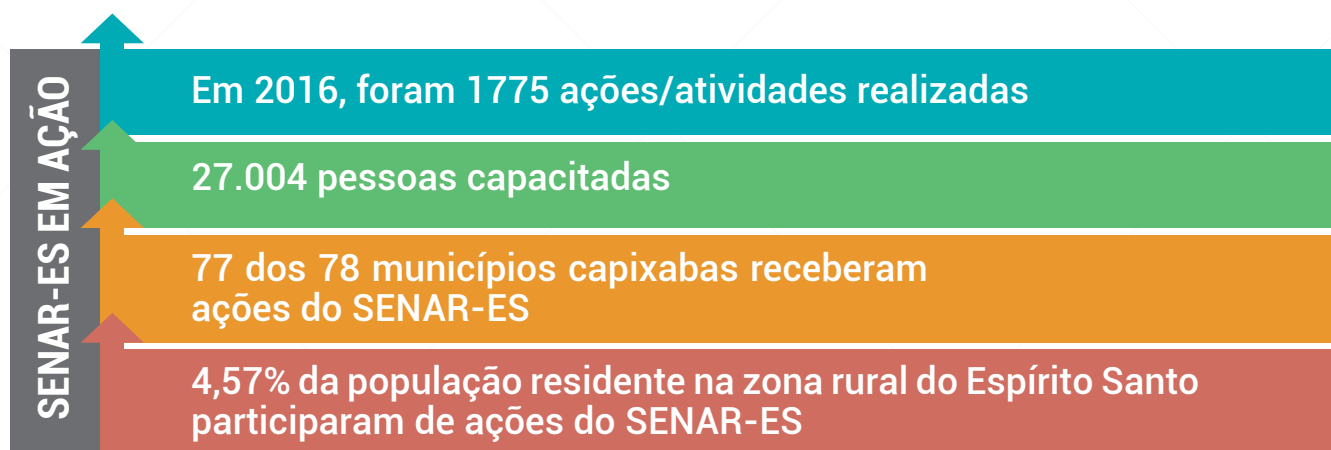
A CNA já iniciou tratativas com o Governo Federal com o intuito de encontrar solução para esse passivo, especialmente por meio de um refinanciamento, nos moldes do instituído pela Lei 9.779/99. Portanto, a CNA defende como medida de justiça social e econômica para o setor agropecuário, que há anos contribui para o crescimento do país, a renegociação de valores decorrentes das ações ajuizadas por produtores questionando a constitucionalidade do Funrural. O presidente da CNA, João Martins, também se reuniu com a vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputada Tereza Cristina (PSB-MS), e ambos combinaram uma ação conjunta no Congresso e no próprio Governo para encaminhar, da melhor forma possível, a renegociação da dívida dos produtores com o Funrural. A ação conjunta da CNA e da Frente prevê ainda a apresentação de uma proposta, a ser incluída na Reforma da Previdência, para que o produtor possa optar no futuro pela forma menos onerosa de contribuição ao Funrural, beneficiando todo o setor.

O SENAR-ES colheu bons resultados em 2016

O SENAR tem como missão desenvolver a Formação Profissional e a Promoção Social do público rural, como também a Assistência Técnica e Gerencial. Em 2016 no cumprimento de sua missão, o SENAR-ES realizou 964 de Formação Profissional e 621 de Promoção Social, somam-se a estes resultados os eventos de Desenvolvimento de Talentos Humanos, os Programas Especiais (Com Licença Vou à Luta, Negócio Cer-

to Rural, Agrinho, Pronatec, Inclusão Digital, Aprendizagem Rural e Assistência Técnica e Gerencial – AteG) e o apoio a outras atividades oferecidas por seus diversos parceiros. Ao todo foram 1.757 eventos.

O SENAR-ES atuou em 77 dos 78 municípios capixabas, capacitando 27.004 pessoas, o que corresponde a 4,57% da população Rural do Estado do Espírito Santo.



Com licença vou à luta

O destaque de 2016 ficou por conta do Programa Especial “Com Licença vou à Luta”, que visa desenvolver o empreendedorismo das mulheres rurais e uma maior participação na gestão dos negócios. Foram 76 turmas formadas no decorrer do ano, capacitando 1.137 mulheres.

O Programa foi elaborado para estimular a mulher rural a buscar identificação com a atividade, bem como realizar ou participar de uma gestão mais eficiente.

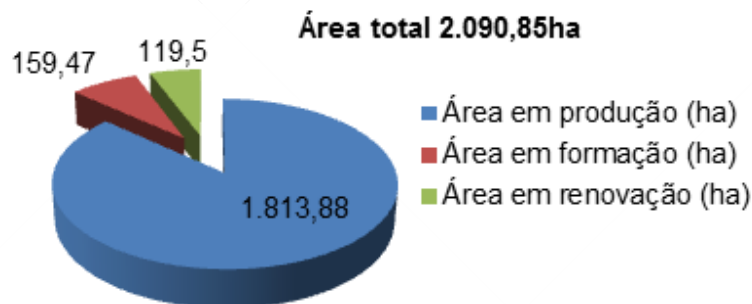


PROGRAMA ESPECIAL
**COM LICENÇA
VOU À LUTA**

Assistência Técnica e Gerencial – ATeG

O Programa ATeG tem como objetivo oferecer a assistência técnica e gerencial e a formação profissional aos produtores rurais, além de proporcionar a adequação ambiental das propriedades.

No Espírito Santo foram atendidas 353 propriedades rurais produtoras de Café, assistidas por 15 técnicos de campo e 2 supervisores. São 2.090,85 hectares de lavouras, sendo 1.813,88 hectares de lavouras em produção, 159,47 hectares em formação e 119,5 hectares em renovação.



Área total em hectares de café assistidos pelo ATeG.

Programa Agrinho

Em 2016 o Programa Agrinho atendeu 64.590 alunos da Educação Fundamental em 42 municípios capixabas, envolvendo 3.963 educadores. O Programa conta com a parceria da FAES e das Secretarias Municipais de Educação e desenvolveu o eixo norteador “Saber e Atuar Para Melhorar o Mundo – Ética e Cidadania”.

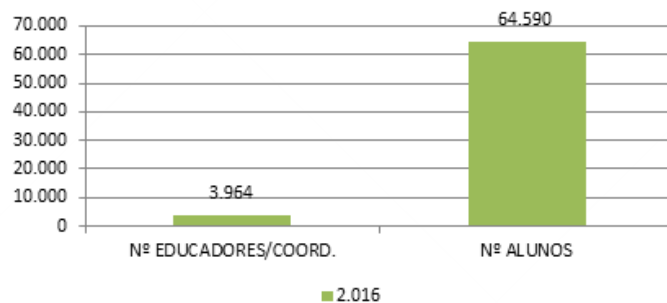
Os seguintes assuntos foram contemplados: Educação e cultura na construção da cidadania; Instrumentos de exercício de cidadania; Direitos e deveres; Estado e poder; e Nossos símbolos.

No âmbito do Programa são feitos concursos de desenho, redação e relato de experiência pedagógica, distribuindo 48 prêmios, tais como mochilas, bicicletas, notebooks, impressoras, vídeo games, TVs, final de semana em hotel (com acompanhante) e uma motocicleta para o primeiro lugar na categoria de professores.

“Hoje o Agrinho está consolidado em todo o Espírito Santo e é esperado ansiosamente por professores e alunos, que percebem no Programa uma oportunidade de desenvolver os temas de interesse social, sem interferir no currículo escolar, valorizando a produção de conhecimentos pelos próprios alunos”, destaca a coordenadora do Agrinho no Espírito Santo, Tereza Zaggo.



CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO - AGRINHO 2016



Fonte: Sistema WEB

Microterraceamento na cafeicultura traz economia e aumenta produtividade

DIA DE CAMPO NA PROPRIEDADE “BOA ESPERANÇA”, ASSISTIDA PELO PROGRAMA ATEG DO SENAR, CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE QUASE 600 PRODUTORES

A fazenda Boa Esperança, em Ibatiba, no Sul do Espírito Santo, saiu na frente e já está colhendo bons frutos do investimento em Microterraceamento de seus cafezais. A técnica, embora antiga, chegou recentemente ao estado e permite ao pequeno produtor plantar outras culturas em pleno cafezal, gerando economia e diversificando a produção.

O “Microterraceamento em Lavouras de Café” foi tema de palestra para cerca de 600 pessoas no dia 11 de abril. O local escolhido não poderia ser outro: a fazenda Boa Esperança, pioneira na utilização da técnica. O evento foi fruto de uma parceria entre o SENAR o Incaper, a Seag e a Prefeitura de Ibatiba.

O proprietário da Fazenda, Antônio José Gomes, conta que o cultivo do café vem de família e está na 9ª geração. Uma vida inteira dedicada à cafeicultura o tornou sensível às mudanças e lhe despertou o interesse pelo microterraceamento.

“Estamos começando este processo e espero tê-lo em toda a lavoura até 2022”, disse. Antônio acredita que a técnica vai oportunizar que o pequeno produtor plante outras culturas no meio do cafezal, tudo de forma mecanizada. “O pequeno produtor não vai mais ficar preso ao café. Isto torna a agricultura sustentável de verdade”, diz.

A coordenadora de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) do SENAR, Cristiane Veronesi, entende o Dia de Campo como algo fundamental para que os produtores capixabas consigam desenvolver e manter a competitividade. “É importante que este tipo de evento

continue. É por meio dele que os produtores conseguem perceber os resultados das pesquisas, os resultados técnicos e os resultados do produtor atendido, como exemplo. Assim, ele conhece o assunto, vê o resultado real da técnica aplicada e comprova”, afirma.

O especialista e palestrante, Eduardo Vimercati, profissional da consultoria Katucaí, diz que se trata de uma tecnologia nova para a cafeicultura, especialmente no Espírito Santo, mas que já é bastante difundida em outras culturas. “O microterraceamento consiste na confecção de uma estrada entre uma carreira e outra de café. Assim, o produtor consegue aprimorar os trabalhos feitos manualmente e também consegue mecanizar a sua produção. A economia de dinheiro, tempo e recursos naturais é certa”, completa.

Ele ressalta que cada terreno deve ser analisado por um especialista antes de proceder com o microterraceamento, para que este avalie a viabilidade econômica, bem como a do terreno. “Nada disso seria possível sem a Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) do Senar”, finaliza.

DEFINIÇÃO: no microterraceamento são construídos pequenos carregadores nas entrelinhas do cafezal, ou seja, uma estrada entre uma carreira e outra de café com largura de até 1,5m. A intenção é planejar o terreno permitindo a mecanização do plantio;

INOVAÇÃO: apesar de antiga, a técnica do microterraceamento só começou a ser utilizada nas lavouras de café recentemente;

VANGUARDA: a Fazenda Boa Esperança é a primeira a utilizar a técnica no Espírito Santo;

POLICULTURA: a técnica vai permitir que o pequeno produtor plante outras culturas em pleno cafezal, como o amendoim, a batata-baroa, o tomate e o feijão.

Dia de Campo na Fazenda Esperança, primeira a utilizar o microterraceamento no ES.



Terceirização da inspeção vai aumentar eficiência dos frigoríficos

LEI ESTADUAL 10.541 TOMA COMO MODELOS OS PROTOCOLOS ADOTADOS COM SUCESSO POR SANTA CATARINA, PARANÁ, EUA E PAÍSES EUROPEUS

O Governo do Estado facultou aos frigoríficos capixabas contratarem profissionais para realizar inspeções de acordo com suas demandas. Mesmo a fiscalização sendo uma carreira típica do Estado, a inspeção pode ser concedida ao setor privado, conforme prevê a Lei Estadual 10.541. Assim, a terceirização deste tipo de serviço pretende tornar mais eficiente o trabalho nos abatedouros, já que os profissionais poderão ser contratados com valores e horários ajustados apenas entre as partes – frigorífico e empresas.

De acordo com o presidente do Sindicato da Indústria do Frio do Estado do Espírito Santo (Sindifrio), Evaldo Lievore, a jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais é incompatível com a atividade dos frigoríficos, o que trazia prejuízos para os empresários.

“O servidor público estadual tem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, enquanto nas indústrias a jornada é de 44 horas no mesmo período. Outro problema são os feriados emendados aos dias úteis, além do baixo número de funcionários para procederem com a fiscalização”, afirma.

O presidente do Idaf, Júnior Abreu, acredita que o setor produtivo não pode ficar a mercê do poder público. “Isto faz parte de um conjunto de ações que estamos fazendo para nos modernizar. Primeiro vamos melhorar a eficiência na prestação de serviços. Por exemplo, hoje, se alguém quiser inaugurar um empreendimento sem o processo de inspeção do Idaf, não consegue.

Por outro lado, também não conseguimos aumentar o quadro de servidores para melhor atendê-lo, pois estamos no limite de 50 profissionais. Outra importante mudança é fazermos com que o setor produtivo possa trabalhar sem que sejamos um fator limitador. Os frigoríficos poderão abater de acordo com a sua demanda. Esta mudança vai gerar emprego e renda, para que possamos avançar”, explica.

E completa: “Importante registrar que fazemos a concessão dos serviços de inspeção, mas vamos continuar procedendo com a fiscalização. Contratamos uma empresa certificadora internacional para fazer os protocolos de abate. Estamos uniformizando os processos para que tenhamos um salto na eficiência e na produção”, acrescenta.

Vale lembrar que para que uma empresa esteja apta a prestar serviços de inspeção nestes moldes é necessário se credenciar junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf).

A concessão do serviço de inspeção nos frigoríficos está prevista na Lei Estadual 10.541. Segundo a norma, a execução das atividades de inspeção sanitária nos estabelecimentos de abate registrados no Serviço de Inspeção Estadual (SIE) será feita exclusivamente por médicos veterinários habilitados, contratados por empresas credenciadas junto ao Idaf. A demanda surgiu por parte dos frigoríficos há cerca de dois anos e tem como modelos os estados de Santa Catarina e Paraná.

INSPEÇÃO X FISCALIZAÇÃO

- **Inspeção:** trabalho diário e contínuo. Acompanha o animal desde sua chegada ao frigorífico, até a sangria;

- **Fiscalização:** controla a inspeção e demais procedimentos adotados pelos frigoríficos, por meio de dados auditáveis.

Giro pelo Setor

BARRAGEM

O Programa Estadual de Construção de Barragens do Governo do Estado continua em andamento e prevê investimentos de R\$ 60 milhões na implantação de mais de 60 reservatórios de água no interior do Estado até 2018. Serão 34 reservatórios de usos múltiplos de médio porte no interior do Estado e outras 26 barragens de uso coletivo em assentamentos de trabalhadores rurais capixabas no Norte do Estado. A estimativa é que, com a implantação de todas as barragens, sejam armazenados 67,2 bilhões de litros de água, o suficiente para abastecer 1,2 milhão de pessoas durante um ano ou irrigar 22 mil hectares de café.



PROCESSO SELETIVO

A equipe do SENAR-ES vai ganhar reforço de 11 profissionais para trabalhar na instituição, o que garantirá mais eficiência do trabalho realizado no âmbito rural. Isso graças ao Processo Seletivo, realizado pelo Instituto CNA – ICNA, que iniciou a seleção em maio, e ainda terá

duas etapas. Os profissionais que serão contratados são das áreas de Comunicação, Técnico Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Assistência Técnica e Gerencial (ATEG), Supervisor, Contador, Financeiro, Arrecadação, Agente Sindical, Técnico Regional, Tecnologia da Informação (TI), Secretária, Compras e Estoque.



RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS



Os produtores rurais capixabas que tiveram prejuízos devido à estiagem e seca prolongadas poderão ganhar mais tempo para formalizar as negociações de operações de crédito rural (custeio e investimento). A bancada capixaba encaminhou junto ao Ministério da Fazenda a extensão do prazo de 31 de

dezembro de 2016 para 30 de setembro de 2017, nos mesmos moldes da resolução 4565/17, publicada pelo Banco Central e destinada aos produtores de Minas Gerais.

CRESCIMENTO AGRO

O setor do agronegócio deve ter uma fatia de 75% do crescimento da atividade econômica brasileira este ano, sendo o maior peso em 18 anos. Sem a agropecuária, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teria alta de 0,12% em 2017, em vez do já modesto 0,47% projetado pelo mercado. Essa alta participação, a maior desde 1999, quando o PIB agrícola representou 77% do total, ocorre tanto pelo bom momento para o campo quanto pela dificuldade de recuperação dos outros setores. Beneficiada pelo clima favorável, a safra de grãos será recorde e subirá mais de 26%, segundo o IBGE.



Aplicativo para celular facilitará o acesso a vídeos técnicos do ATeG

'SENAR EM CAMPO' JÁ ESTÁ DISPONÍVEL PARA CELULARES ANDROID E IOS

Vídeos sobre técnicas, inovações e tecnologia da coleção completa SENAR em Campo agora também podem ser acessados através de aplicativo para smartphones e tablets. Os vídeos de curta duração, com abordagem de temas técnicos em diferentes cadeias produtivas foram elaborados pela equipe de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) para contribuir com o conhecimento na comunidade rural.

Além de assistir aos vídeos no site do SENAR e no YouTube, os técnicos do campo, instrutores, produtores e trabalhadores rurais terão o acesso facilitado às técnicas através da nova ferramenta para assim conhecer as inovações, tecnologias, esclarecer dúvidas e aprender sobre assuntos específicos.

De acordo com o coordenador na-

cional de ATeG no SENAR, Matheus Ferreira, o aplicativo também permitirá que os vídeos sejam baixados no smartphone e a coleção de títulos do SENAR em Campo deverá ser ampliada em breve. "Essa função facilitará o uso para os técnicos e produtores utilizarem a ferramenta em áreas sem acesso à internet", diz.

Entre os temas já abordados estão: Cuidados na ordenha de vacas leiteiras; Cuidados na vacinação de bovinos; Cura do umbigo; Controle natural de pragas; Controle de berne, Carrapato e mosca dos chifres; Gestão de Empresas Rurais; Cadastro Ambiental Rural; Como combater a mosca da fruta; Como realizar a biometria e classificação na piscicultura e Como realizar o povoamento na piscicultura.



Aplicativo está disponível para sistemas Android e iOS

O aplicativo do SENAR em Campo está disponível nas plataformas iOS (iOS 8.0 ou posterior, compatível com iPhone, iPad e iPod touch) e Android (Android 4.4 ou superior). Para instalá-lo, basta baixar a ferramenta na AppStore ou pelo Google Play.

Projeto que suspende autorização de importação de café é aprovado na Câmara

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDC) 383/16 FOI APROVADO EM MARÇO

Após longos momentos de impasse entre indústria e produtores apoiados por parlamentares da bancada ruralista, a importação de café conilon em grãos para o Brasil ultrapassou mais uma barreira. No final de março, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 383/16, que suspende a autorização fitossanitária para importar café do Peru foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abas-

tecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal.

Segundo o deputado Evair de Melo, essa foi uma conquista que protege e valoriza o setor produtivo do país. "O Brasil é uma potência mundial na agropecuária, respeitado e até temido em muitos outros países por causa da diversidade e da qualidade da produção. O nosso projeto é mais uma garantia que damos aos agricultores, que precisam de políticas

públicas eficientes e adequadas", destaca.

O setor é responsável pela geração de 8,4 milhões de empregos no Brasil e uma parcela significativa dos cafés é produzida em pequenas áreas e escalas. O Espírito Santo é o maior produtor de conilon do país, sendo que a atividade cafeeira capixaba é responsável por 35% do PIB agrícola do Estado e gera cerca de 400 mil empregos diretos e indiretos.



**Estude
pela
internet**



FACULDADE CNA
A DISTÂNCIA

PROGRAMA DE EXTENSÃO

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR RURAL

**Matricule-se e aproveite o
desconto promocional**

EAD.FACULDADECNA.COM.BR